


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0013854-61.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória**
 Requerente: **Cleber Fabiano Falanga**
 Requerido: **Valeria Aparecida Blanco Pagani**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos
 à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está
 lastreada na nota promissória encartada à fl. 3.

Apesar das alegações que a dívida em comento se
 refira à internação de seu filho em clínica de recuperação e que esta não se concretizou a
 contento, nenhuma prova sequer foi amealhada que desse respaldo a essa sua versão.

0013854-61.2013.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

De outra parte, o título executivo não padece de qualquer vício que modifique a sua natureza ou impeça que seja exigido o seu pagamento, sendo incontroversa a sua emissão.

O quadro delineado revela que a explicação da embargante permaneceu isolada e não se contrapõe de forma suficiente à nota promissória apresentada pelo embargado, a qual conserva os atributos que lhe são inerentes.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução cabendo ao exequente a indicação de bens da executada para a garantia da dívida, observando-se no que couber a certidão lançada pelo Oficial de Justiça à fl. 7.

P.R.I.

São Carlos, 24 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**